

# A PEDAGOGIA NO EXÉRCITO E NA ESCOLA: a Educação Física (1920-1945)

Amarílio Ferreira Neto\*

## Resumo Abstract

Este estudo discute o projeto educacional militar para instrução da tropa e da sociedade civil, de modo a revelar seus fundamentos pedagógicos, bem como sua influência na constituição do fazer pedagógico da Educação Física brasileira entre 1920 e 1945. As fontes principais são oriundas da *Revista A Defesa Nacional* e da *Revista de Educação Física*, ambas do Exército.

*This study discusses the military educational project for the army force and civil society instruction, so that it reveals its pedagogical basis, as well as its influence on the constitution of the pedagogical making-up of the Brazilian Physical Education between 192- and 1945. The main sources are the army magazines "A Defesa Nacional" and "Revista de Educação Física".*

---

\* Professor da Universidade Federal do Espírito Santo.

## A instrução da tropa e da sociedade civil

Em todos os Regulamentos do Ensino no Exército, entre 1905 a 1945, há um componente curricular de Instrução Física, Ginástica ou mesmo Educação Física, observando-se que, às vezes, a Instrução Física aparece na seção teórico-prática dos diversos cursos oferecidos pelo sistema de ensino militar. Por sua vez, a Ginástica e a Educação Física sempre aparecem na seção prática.

A necessidade de montar um sistema de ensino militar decorre, para o Exército, do forte desejo de modernização interna, já presente desde a “questão militar”<sup>2</sup>, na virada do século XIX para o século XX. O referido sistema de ensino é criado, considerando o fim precípua do Exército nacional, isto é, preparar-se para fazer a guerra, tarefa esta a ser conseguida, obstinadamente, no tempo de paz.

Para os “jovens turcos”<sup>3</sup>, o Exército, além das funções de defesa interna e externa, possui uma função educativa: “elle [o Exército] tem igualmente uma função educativa e organizadora a exercer na massa geral dos cidadãos” (A Defesa Nacional, 1913, p. 2). Os

cidadãos compõem os quadros do Exército como membros permanentes ou como membros transitórios: os permanentes são os oficiais e os transitórios são os soldados. Aos oficiais cabe o dever de criar a doutrina que garante a existência do “órgão supremo de nossa nacionalidade” e zelar pelo cumprimento “fiel” dessa doutrina, de tal forma que “... um bom exercito é [também] uma escola de disciplina hierarchica, que prepara para a disciplina social; e é, ao mesmo tempo, uma escola de trabalho, de sacrificio e de patriotismo” (A Defesa Nacional, 1913, p. 2).

O Exército só se envolve com o processo de educação da população civil, em face do elevado índice de analfabetismo dos conscritos para o serviço militar, pois “... é evidentemente impossivel a um paiz ter de facto o seu exercito bem organizado, no sentido moderno da palavra, sem priméiro educar o povo e sobretudo a mocidade no verdadeiro espirito militar” (Corrêa, 1914, p. 211).

Para Horta (1994), os “jovens turcos”, fiéis à instrução recebida no Exército alemão, mantêm a defesa de um Exército profissional moderno, o que quer dizer, Exército equipado e único tutor da ordem e

segurança do país, isto é, o Exército na expressão de aparelho repressivo. Embora se recusando a assumir a atribuição de “educadores do povo”, são impulsionados a concordar com a intervenção dos militares no sistema educacional, desde que seja em nome da profissionalização interna da tropa. Por isso, vinculam à escola uma função de preparação militar.

Faria (1913) corrobora esse entendimento ao atribuir à falta de educação cívica do povo a dificuldade de execução da lei do sorteio, isto é, apesar da lei, a ausência de civismo dos jovens em idade de cumprir o serviço militar faz com que os mesmos não desejem prestar esse serviço à nacionalidade. Desse modo, a educação cívica deveria ser dada em todos os lugares onde existissem grupos de jovens de ambos os sexos. Caberia, portanto, a obrigatoriedade da instrução militar nas escolas, asilos e instituições diversas da sociedade civil, ficando ao Exército o trabalho de complementá-la. Assim, a escola civil deve contribuir para que os futuros conscritos obtenham a robustez física e sanidade moral, que é a base do sucesso da educação a que vão ser submetidos, uma vez que

*... a caserna é hoje, pois, uma escola cívica e militar, onde a educação moral cultiva os sentimentos da higiene, preside ao desenvolvimento dos músculos, pela prática racional da gymnástica e pela preparação intensiva dos homens nos misteres propriamente militares (Carvalho, 1914, p. 140).*

A posição dos “jovens turcos” se apresenta como uma contraposição à Liga de Defesa Nacional que, segundo sua concepção de “cidadão-soldado”, transforma a caserna em educadora do povo, na melhor acepção de aparelho ideológico encarregado de difundir os princípios da ordem e da disciplina, gerando a substituição da escola pelo quartel em sua função de ideologização social. Tal proposta encontra suporte entre os militares formados sob o horizonte positivista, que se intitularam de “doutores” e que tornaram o conhecimento científico um aporte de elevação social e objeto de ações políticas. Fatos inaceitáveis para os criadores d’*A Defesa Nacional*.

Apesar das divergências aludidas, essa orientação é obra cotidiana, e Corrêa (1914, p. 211-212) exemplifica como isso pode ser feito com uma situação de diálogo entre professor e aluno, ocorrida numa escola primária japonesa:

Que é o espirito militar?  
 É a obediencia e o sacrificio.  
 Que entendeis por grande denodo?  
 É jamais considerar o número e  
 marchar para frente.  
 Donde vem a mancha de sangue  
 que tinge a nossa bandeira?  
 Daquelle que a conduzia na  
 batalha.  
 Em que te faz ella pensar?  
 Na sua felicidade.  
 O homem morre na lucta, que  
 resta d'elle?  
 A gloria.

A formação, na escola, do espírito militar jamais poderá prescindir de uma hierarquia consolidada, disciplina enérgica e justa, bem como de Educação Física. Sobre esta última recai um elemento-base para toda instrução no interior do Exército, que é “uma exigencia sem limites na educação physica e da prática militar, collocando o ensino prático em igual nível ao do theorico” (Fontes, 1915, p. 243). Em relação à Educação Física, *A Defesa Nacional* é incisiva:

*Quanto á cultura physica, a doutrina é pacifica, nunca houve no Exercito quem, de bôa fé, puzesse em duvida as vantagens immediatas de sua pratica, em virtude da estreita ligação que a prende aos exercicios essencial-*

*mente profissionaes, cujo exito, pode dizer-se, é, em regra, uma função directa della* (*A Defesa Nacional*, 1923, p. 2).

O estudo aprofundado dos regulamentos garante o domínio preciso tanto da doutrina como do método correspondente, que são os pilares para a manutenção do diálogo entre o oficialato, obedecidos, sempre, os princípios de hierarquia e disciplina de tal forma que é “... necessário ter uma Doutrina e um Methodo, que decorre della. Sómente dessa maneira poder-se-á conseguir que os officiaes de nosso Exercito encarem os problemas sob o mesmo ponto de vista e, em consequência, obtenham soluções que jamais poderão ser contradictórias” (Andrade e Portella, 1924, p. 246).

Essa busca obsessiva de homogeneidade entra nos quadros da tropa por “osmose”, até criar o hábito ou segunda natureza. Por sua vez, a instrução permanente propicia a incorporação de respostas por reflexo, seja o aluno civil ou militar. Segundo os princípios em foco, “o homem que morre na lucta” atinge “a gloria” e isso é o suficiente.

É para evitar as dissidências que toda instrução do “recruta” começa com um isolamento no qual

aprendem os conhecimentos e comportamentos institucionais mínimos à convivência na tropa, momento em que

*... os exercicios em ordem unida são muito uteis; elles produzem disciplina, cohesão e absoluta e instantanea obediencia ás ordens do chefe. Estes exercicios permitem que a tropa execute movimentos com ordem e rapidez e de accordo com o desejo do seu Cmt. [Comandante], a despeito dos perigos, difficuldades e privações (Facó, 1925, p. 188).*

Na doutrina do Exército, ser disciplinado é aceitar com convicção e sem reservas a necessidade de uma lei comum, que regule e coordene os esforços dos seus quadros. Por isso, a educação militar considera fundamental o princípio da disciplina, que é a completa submissão aos preceitos regulamentares e a obediência sem hesitação aos chefes, o que indica: “mais vale um exercito de carneiros commandados por leões, que um exercito de leões commandados por carneiros” (A Defesa Nacional, 1923, p. 833). Nesses termos, o Exército pode ser entendido como uma instituição de obediência e comando.

O homem disciplinado obedece, conscientemente, dentro da lei, jamais com espírito de crítica, como quem quer analisar as determinações de seus superiores que ordenam em nome da lei. Quem é disciplinado cumpre, incondicionalmente, o dever militar proclamado pelas leis, regulamentos e ordens gerais do Exército. Essa disciplina é a disciplina moral que une os segmentos sociais constituídos pelas Forças Armadas. Esse princípio está presente *in totum* na vida institucional militar, conquanto,

*... para o Exercito, hoje como hontem, e sempre, a disciplina é a alma, é a condição essencial para que as forças se congreguem dando a resultante máxima no sentido desejado. Para a sociedade, a disciplina é o respeito á lei, é a ordem, é a justiça, é o progresso. É a renda máxima, é o juro maior, é o salário mais certo e maior, é a cooperação mais segura, é a igualdade perante a lei, é o caminho mais curto para a independência, é o amor (A Defesa Nacional, 1920, p. 135-136).*

A disciplina militar, como foi exposto, realiza as virtudes e deveres militares de forma “cega” e “passiva”, “sem o que não pode subsistir o organismo complexo que chama-

mos Exército” (Mendes, 1936, p. 87). Ademais, a doutrina militar trabalha com um pressuposto, segundo o qual a superioridade da disciplina militar sobre a da escola, e sobretudo a da família, decorre da ausência de força e prestígio das “admoestações” destas (Lebon, 1926).

Lourenço Filho, ao refletir sobre educação e segurança nacional, aponta para o ajuste necessário entre os interesses do indivíduo e os interesses do Estado. Para ele, toda Pedagogia moderna é social, porque atenta ao conteúdo dos movimentos coletivos. É a ação coletiva incluída numa política educacional que aproxima “estadistas e educadores, revivendo a máxima de Marco Aurélio: o que não é útil ao enxame não é útil á abelha” (Lourenço Filho, 1939, p. 1210). Neste particular, há identidade entre o pensamento de ilustres “titulares da guerra” e da educação.

## A pedagogia no Exército

Considerado o Exército como instituição educadora e o seu sistema de ensino militar, é razoável perguntar: o que a instituição militar entende por Pedagogia?

A discussão dessas questões é realizada tendo como suporte que, uma Pedagogia aplicada no interior do Exército, está condenada a favorecer à manutenção da hierarquia e da disciplina militar, que são mutuamente relacionadas; a atender a especificidade institucional, isto é, todo componente pedagógico deve coadjuvar para elevar o nível de preparação da tropa para fazer a guerra; e a ser uma Pedagogia da ação prática.

Conquanto a posição d’*A Defesa Nacional* seja rigorosamente favorável ao ensino prático *stricto sensu*, o ensino teórico nas escolas militares, apesar de sua deficiente especialização que termina por incrementar um desenvolvimento excessivo de conteúdos, não interessa à “technica militar”, favorece o preparo indispensável para que o aluno se “lance” ao estudo de questões práticas.

O sistema de ensino militar que conhecemos é, em boa medida, um desdobramento do que foi feito em torno dos Regulamentos de Ensino, entre a Proclamação da República e o fim da Segunda Guerra Mundial (1889-1945). São estes os Regulamentos de Ensino:

- 1890 – Reforma Benjamin Constant;

- 1905 – Reforma Mallet – Argolo;
- 1913 – Reforma Hermes da Fonseca;
- 1918 – Reforma Caetano de Faria;
- 1919 – Reforma Cardoso de Aguiar;
- 1924 – Reforma Setembrino de Carvalho – Tasso Fragoso;
- 1929 – Reforma Sezefredo dos Passos;
- 1934 – Reforma Góes Monteiro;
- 1940 e 1942 – Reformas Eurico Gaspar Dutra.

Pode-se dizer que os Regulamentos do ensino no Exército foram grifados por duas formulações: a objetividade do ensino e a praticidade dos métodos e processos. Esses últimos levariam o ensino do “fazer para aprender” à utilização incessante do “laboratório”, do “trabalho de campo”, da “experimentação”, do “exercício aplicativo”. A propósito desse ensino, foi-se corporificando uma “doutrina didática moderna”, segundo a “Escola Ativa” e atenta à orientação advinda da Psicologia da aprendizagem.

Apesar desse esforço pedagógico, são notórias as dificuldades para se implementar tal projeto.

Todavia é razoável afirmar, com alguma segurança, que o ponto “fraco” do ensino no Exército não foi “ausência de saber” dos professores e instrutores, mas “insuficiência no transmitir”, embora, em favor desses atores sociais, possa-se advertir que

*... a história não poderá deixar de reconhecer que a didática posta em prática no Realengo, embora pobre e deficiente [...] não perderá na comparação que se quiser fazer entre ela e aquelas utilizadas nas demais escolas superiores do País. Mais teórico, livresco e verbalista do que o ensino do Realengo foram aqueles ministrados, na época, aos engenheiros civis, aos médicos e aos bacharéis em direito (Motta, 1976, p. 357).*

Postas as questões essenciais, que têm mobilizado os setores responsáveis pela educação no Exército – relação teoria-prática, distinção entre professor e/ou instrutor, “dosagem” de conteúdo geral e específico na formação da tropa, entre outras – retomamos a pergunta orientadora inicial: o que se entende por Pedagogia no Exército?

Os Regulamentos do ensino, de 1898 até 1945, apontam que cabe à Pedagogia, considerando a finalidade e os princípios doutri-

nários do Exército, definir **o que e como** deve se dar a formação educacional na instituição. **O o que** está diretamente ligado à definição dos tipos de cursos, currículos a serem oferecidos. **O como** se refere aos “métodos” mais adequados para consecução dos objetivos do ensino, para o qual um órgão centralizador de toda organização do ensino militar foi sendo criado. No quadro do sistema de ensino anteriormente apresentado, corresponde à Diretoria Geral do Ensino. Na década de 1930, chamou-se Inspeção Geral do Ensino e tinha a função de

*... prestar reaes serviços [...] na codificação dos metodos e processos de ensino. Impõem-se-lhe a criação de uma secção de pesquisas pedagógicas, como ampliação da comissão de estudos psicologicos recentemente creada pelo E.M.E. [Estado Maior do Exército]. Semelhante secção colherá o que há de moderno em pedagogia, tratará de experimentar nas escolas e na tropa os processos e cuidará apóz da divulgação do que foi reconhecido como util. Ella exigirá officiaes especializados nos estudos pedagógicos e psicologicos e que por elles tenham muito gosto (A Defesa Nacional, 1937, p. 260).*

Foi essa Inspeção que, ao longo do século XX, consolidou a doutrina prática do ensino e da instrução no Exército. Essa doutrina corresponde à teoria da educação militar, portanto, à Pedagogia no Exército.

Sombra (1937) reconhece no oficial um educador antes de tudo. Por isso, cabe ao Exército dotá-lo de “todos” os elementos precisos ao bom desempenho da função de homem que ensina: “não basta dizer-lhe **o que ensinar**, mas também **como deve ensinar**” [grifos nossos] (p. 254). O instrutor deve conhecer não apenas o conteúdo específico a ser ensinado, mas, como consequência, as melhores formas de ensiná-lo.

A cada instrutor compete, de acordo com as suas condições pessoais, criar variações próprias dos processos de ensino, sem se afastar das diretrizes regulamentares, que correspondem a inalteráveis exigências da unidade de doutrina.

Para tanto, faz-se mister compreender o que se entende no Exército por ser humano, Psicologia, Educação e Pedagogia. O ser humano é constituído de um conjunto de reações hereditárias, habituais e de capacidades que lhe determinam a atividade e o comportamento no meio em que vive. A Psicologia objetiva estudar a atividade, o



comportamento do ser humano, isto é, o conjunto de suas reações no seu *habitat* e/ou, em outros termos, preocupa-se cientificamente em apreender os processos mentais dos homens. Difere da educação, pois esta possui como função *sine qua non* produzir transformações úteis no ser humano, quer seja no caráter, quer seja de acúmulo de conhecimentos. Transformação quer indicar modificação, aperfeiçoamento e/ou “apuro” do indivíduo. A Pedagogia, como já tivemos oportunidade de expor, se constitui na teoria da educação que visa obter os melhores e mais seguros resultados na aplicação da instrução militar (Pereira, 1941a).

Uma possibilidade de captar a teoria pedagógica, a que esses conceitos oferecem suporte, requer a “quebra” deles nas seguintes perguntas: **com o quê, por que meios e como** [grifos nossos] o ser humano aprende?

**Com o que aprende o homem?** Com os recursos intelectuais ou as faculdades próprias, como a sensação, a percepção, a memória, a concentração, a imaginação, as quais lhe permitem assimilar os conhecimentos, bem como a habilidade de aplicá-los. É pelos sentidos que se captam as impressões do mundo exterior para

posterior assimilação, análise, combinação no cérebro, onde se coordenam os impulsos necessários para produzir as reações ou respostas possíveis.

**Por que meios se aprende?** Pela verificação, pela prática, pela experiência, pela observação dos fatos e dos fenômenos.

**Como se aprende?** Estudando as causas e os efeitos dos fatos e fenômenos. O **saber** pode ser adquirido lendo ou ouvindo. O **saber fazer** só se aprende executando; daí o provérbio: “só forjando, conseguir-se-á ser ferreiro”. Atente-se que, no Exército, há o uso da exposição oral, todavia, na maior parte da formação, o instrutor e os instruendos terão que efetuar exercícios que os habilitem à execução correta de atos e/ou movimentos (Pereira, 1941a-b).

Esse fundamento se constitui numa orientação geral para a educação militar, mas é uma regra a ser cumprida, especificamente, pelo componente curricular denominado Educação Física, independentemente do meio civil ou militar onde ocorre. Exigência que caracteriza essa disciplina até hoje, apesar das abordagens teórico-metodológicas que estão em desenvolvimento desde a década de 1980.

Na tropa, considera-se um erro comum do instrutor pouco experiente pensar que “expor é ensinar”. Não resta dúvida de que “expor” é quase sempre uma parte necessária da instrução, mas a exposição deve ser utilizada de modo que o aluno, antes de ter aprendido algum conhecimento, fique sabendo **como e em que** tem de utilizar o ensinamento exposto; é indispensável que ele aprenda a aplicá-lo. Os regulamentos recomendam que o instrutor deve limitar ao essencial os ensinamentos puramente teóricos, porque o melhor meio de instruir o homem é **fazê-lo agir** [grifos nossos]. Por isso o instrutor deve evitar explicações longas, que abranjam várias idéias ao mesmo tempo.

Sempre que possível, o instrutor deve exigir que o aluno demonstre que entendeu de fato o que lhe foi ensinado. O instrutor, usualmente, não se contenta com a repetição oral, porque não raras vezes se obtém uma reprodução com exatidão do que lhe foi dito, sem, contudo, o aluno ser capaz de implementar tais conhecimentos. Para Pereira (1941b), o melhor processo é “exigir” que a resposta seja a execução ou demonstração, com a qual se “provará” se o aluno aprendeu ou não.

Como se pode observar, a Pedagogia militar privilegia algumas formas de transmissão de conhecimentos, como o “método” da demonstração, o “método” da ilustração e o “método” da exposição. O “método” da demonstração é o mais eficaz, na maioria dos casos, por atrair, manter a atenção e o interesse dos alunos; por tornar evidente a aplicação prática da noção teórica ministrada, de modo que ao instrutor “cabe fazer com que o ensino de qualquer noção, **seja sempre precedido ou seguido da demonstração prática de sua utilidade em campanha**” [grifo nosso] (Pereira, 1941b, p. 20).

Quando a demonstração é inviável, sugere-se o “método” da ilustração. Esse “método” consiste em apresentar aos instruendos figuras, modelos, fotografias, filmes, etc. que, pela imagem, concorrem para tornar mais concreto o ensino, facilitando a compreensão. A percepção visual é mais acentuada do que a auditiva, o que resulta numa aprendizagem melhor pela visão do que pelos ouvidos.

Já o “método” da exposição é o menos eficiente de todos. Consiste na intervenção oral (fala) pelo instrutor, que explica um assunto, uma situação, descreve as

condições de uma ação, relata acontecimentos, fatos vividos, etc. Esse “método” ocorre, geralmente, sob a forma de conferência ou palestra e não se verifica se os ouvintes compreenderam o assunto, por isso os resultados obtidos são imprecisos. Deve ser de uso freqüente na formação de quadros de comando, isto é, em estudos avançados.

A crítica à importação de modelos de modernização do Exército esteve sempre presente e não seria diferente em relação à educação. Cortês (1947) apresenta uma das reações clássicas em favor da proposta citada:

*... alguém pode perguntar: são método e processos de instrução Norte-Americanos? E, antes de expor o assunto, desejo responder: o alto padrão de organização que o povo da Grande Nação apresenta em suas diferentes instituições e manifestações de atividade, não poderia deixar de evidenciar-se em assunto de tal magnitude como seja o de instrução militar, maximé, quando teve de rapidamente mobilizar o povo para a guerra, adestrando-o para a conquista da vitória. Por isso, podemos observar nas Escolas e nos Centros de Instrução Militar dos Estados Unidos a prática mais perfeita do método e*

*dos processos de instrução que a meditação e a experiência humanas aconselham. O método e os processos de instrução [expostos] não são privilégios dos Norte-Americanos, estão ao alcance de todos nós, e, até certo ponto, têm sido aplicado por nós e por outros exércitos. Entretanto, reconhecemos que os Norte-Americanos têm um grande mérito, consequência de seu alto espírito de organização, [que] é a codificação e aplicação sistemática do método de instrução racional e dos adequados processos de instrução (p. 27-28).*

## **A Escola de Educação Física do Exército**

É conhecido o interesse do Exército pela institucionalização da prática da Educação Física em suas fileiras e no meio civil, do qual se constitui. Mas, também, são notórios os limitados avanços realizados até os primeiros anos desse século XX. Para Molina (1935), uma ação sistemática, nessa área, só vai ocorrer a partir de 1919, por iniciativa de um “grupo de idealistas na Escola Militar”, que criaram uma associação atlética dos estudantes e se propuseram a trabalhar pela sistematização da Educação Física

entre militares e civis. Era um grupo de oficiais e cadetes, tendo à frente Newton Cavalcanti, que será imortalizado na história da Escola de Educação Física do Exército como seu patrono.

Mas o que vem a ser ou representar essa despreziosa iniciativa de jovens militares? Uma interpretação possível pode ser realizada a partir do projeto de modernização do Exército, desenvolvido pelos “jovens turcos” e que circula inicialmente na revista *A Defesa Nacional*. Esse projeto considera que a “gymnastica” e a “esgrima” possuem grande influência sobre a educação militar e moral da tropa, de modo que “fomentar” tais práticas é concorrer para ganhar tempo no processo de modernização institucional. Mas, por que o problema não está ainda equacionado? Responde a própria revista:

*As causas porque não se tem cultivado como devera ser a gymnastica e a esgrima no nosso Exército, pódem-se explicar assim: falta de pessoal preparado, falta de uma escola especial para este fim, falta de methodo e que nos exercicios de tempo de paz, não concorre o valor moral do soldado, o qual os superiores não levam em conta ao dar seu juizo sobre uma*

*tropa (A Defesa Nacional, 1920, p. 48).*

Aí já está o programa definitivo de trabalho nessa área durante toda a década de 1920, isto é, cria-se uma Escola, prepara-se pessoal e implementa-se a Educação Física na tropa e na sociedade civil. Existem, inclusive, várias propostas. Trata-se de viabilizar esforços político-administrativos para executá-las. No entendimento de Buys (1920, p. 73),

*No Brasil parece-nos exequível o funcionamento da cultura physica nos moldes da instituição francesa convenientemente adoptada. Sinão, vejamos: A instrucção physica official, dependente do Ministerio da Guerra que norteará e fiscalizará, fica dividida em dous periodos: o pré-militar e o militar. O ultimo será uma continuação do primeiro. No Rio [de Janeiro] fundar-se-á uma escola de gymnastica, assim como em cada região. Para esses centros regionaes poder-se-á aproveitar os actuaes Inspectores Regionaes dos Tiros de Guerra que ficarão sendo os ‘inspectores da educação physica’ em cada região. A Diretoria Geral dos Tiros de Guerra accumulará também a ‘direção geral da cultura physica’.*

Esse projeto somente estará devidamente implantado no Brasil

por volta de 1945. O problema da definição precisa, em termos operacionais da instrução pré-militar, só é concluído em 1946, com a solicitação de sua extinção por Góes Monteiro, ao presidente Dutra. Isso vai indicar a supremacia do Exército na Educação Física das escolas. A criação da Divisão de Educação Física no Ministério da Educação e a indicação do Major Barbosa Leite para sua direção, se constituem em mais elementos que reafirmam uma relação, duradoura na Educação Física brasileira (Revista de Educação Física, 1937).

A questão central para a execução da proposta acima é que, subjacente a ela, existe uma concepção de educação que compreende a disciplina como desdobramento das forças físicas, morais, intelectuais e psicológicas, segundo a doutrina do Exército. Ora, a dificuldade se coloca à medida que a sociedade civil não funciona segundo esses critérios, de tal maneira que o Exército, quase nunca recebe o “recruta” desejado, uma vez que a instrução pré-militar, realizada nas escolas civis, gera resultado diverso daquele esperado pela caserna.

Segundo a orientação exposta, o fundamental é que se atenda aos grupos etários considerando a sua

finalidade, por exemplo, quando se deseja uma “formatura armada ou desarmada”, em ordem unida. Nas escolas, o ensino deverá consistir em, gradativamente, caminhar para a formação de grupos de “gymnastica esportiva”. O instrutor militar será o educador físico e “onde ele existir tal educação não deverá faltar” (Carlos, 1920, p. 139).

As reivindicações pela regulamentação da Educação Física crescem, e aquele grupo de oficiais e cadetes, de 1919, leva ao conhecimento do presidente da República os seus propósitos em um manifesto da União Atlética da Escola Militar, lido durante um hasteamento de bandeira (Revista de Educação Física, 1935).

As fontes trabalhadas apontam para os estudantes da Escola Militar sob influência da Missão Indígena<sup>4</sup> que, por sua vez, têm formação segundo a tradição dos “jovens turcos”. Acrescente-se que, exatamente por intervenção dos “jovens turcos”, a missão francesa só teve acesso à Escola Militar a partir de 1924, pouco depois, portanto, de a Missão Indígena ser destituída da Escola em função de uma “sublevação” de estudantes. Entretanto, devemos reconhecer que os franceses são os fundadores do Centro Militar de Educação

Física da Força Pública de São Paulo. A *Revista de Educação Física* atribui a criação à figura dos oficiais Balancié e Lemetrie, ambos membros da missão militar francesa contratada pelo Estado de São Paulo, em 1906.

Esse ponto de vista se impõe, ainda que tenha existido, em várias oportunidades à indicação da contribuição dos franceses para a consecução desse objetivo. Conforme Dénys, deveríamos aproveitar a presença da Missão Francesa para obtermos uma Escola de Educação Física Militar de perfil semelhante ao de “Joinville”, que apresenta seu modelo administrativo-acadêmico como quem quer dizer: façamos desse jeito. Diz ele:

*Essa Escola mantida pelo Ministério da Guerra [...] recebe tenentes, sargentos, cabos, professores primários e amadores de esgrima. Os tenentes têm em média trinta anos e são enviados à Escola por tres mezes, afim de adquirir os conhecimentos theoricos e praticos necessarios ao papel de ‘instructores’ e de ‘directores dos exercicios physicos’ nos corpos da tropa. Os sargentos e cabos, com a idade de vinte e quatro annos, fazem um curso de tres mezes e são chamados a desempenhar as funções de*

*‘monitores’ nos regimentos. Os professores são preparados para a função de educadores physicos da infancia. Todos os professores que pertencem ao contingente annual incorporado fazem em Joinville um estagio de 70 dias, mesmo que pertençam aos serviços auxiliares, pela sua debil conformação physica* (Dénys, 1921, p. 140).

No entender de Dénys, um “instituto” desse tipo poderá favorecer a formação dos interessados em condições de auxiliar o trabalho com a tropa, pois o que se busca é o desenvolvimento do “gosto pela gymnastica” e colocar o seu ensino no mesmo nível de “proficiência” das demais partes da instrução militar. Isto, ainda, poderá “impressionar” o conscrito com o quartel e com isso se tem a possibilidade de torná-lo um “fervoroso” adepto do “sport”.

Todavia, classicamente, considera-se que a campanha pela Educação Física no Exército, data de 1922, com a fundação, na Vila Militar, do Centro Militar de Educação Física (C.M.E.F.), quando o Ministro da Guerra era Pandiá Calógeras. Seu funcionamento se deu na Companhia de Carros de Combate, mas essa fase foi efêmera, pois não chegou sequer a formar a

primeira turma de instrutores, uma vez que a “revolução” de 1922 determinou seu fechamento. Daí em diante, não se cogitou reiniciar os trabalhos do Centro, embora a necessidade e inclusão da Educação Física, como componente fundamental à formação da tropa, ganhasse força a partir dessa década. Dessa forma, a Educação Física no Exército se restringiu aos Corpos da tropa e à Escola Militar, locais onde haviam oficiais formados nas turmas de 1920 e 1921, todos orientados pelos então tenentes Newton Cavalcanti e Ilídio Romulo Colonia.

O Centro só volta a funcionar no governo Washington Luis, após esse ter realizado uma visita à Escola de Sargentos de Infantaria, e a ele ter sido apresentada uma demonstração de ginástica preparada pelo tenente Ignácio Rolim. A Revista de Educação Física (1932) registra que o presidente intervém junto ao Ministro da Guerra, General Sezefredo Passos, dizendo que a Educação Física “merece ser olhada com carinho”, além de ser um problema de máxima relevância para a nação. Tendo em conta esse fato, o Ministro Sezefredo determina, por aviso ministerial, a reabertura do Centro, no mesmo local onde o ex-ministro

Pandiá Calógeras o havia criado. A condução dos trabalhos é entregue à responsabilidade dos tenentes Ignácio de Freitas Rolim e Virgílio Alves Bastos (médico), que selecionam uma turma de oficiais, uma turma de sargentos e uma de professores públicos do Distrito Federal. Em relação à participação desses últimos no curso “fundador”, alude-se que

*O Dr. Fernando de Azevedo, então Diretor da Instrução Pública do Rio, com sua larga visão de pedagogo e com o seu alto espirito patriótico, foi o maior sustentáculo no meio civil para o perfeito coroamento da obra iniciada. O método que viu aplicar era eminentemente científico. Nas bases pedagógicas, anatomo-fisiológicas e psicológicas desse método, que é da Escola Francêsa de Joinville-le-pont [sic], foi que esse mestre inconfundível traçou seu plano imperecível da “Reforma do Ensino”, no que refere a Educação Física escolar (Revista de Educação Física, 1933, [sem paginação]).*

Com essa decisão, Fernando de Azevedo inicia a resolução do problema já identificado por seu antecessor, Carneiro Leão, que, embora bem-intencionado, enfrentou sérias dificuldades para

viabilizar ações nessa área, exatamente por ausência de pessoal qualificado. A *Defesa Nacional* lembra que das ações de Carneiro Leão deve-se

*... destacar a incentivação dos desportos nas escolas municipais do Distrito Federal, graças ao atilado e empreendedor espírito do Dr. Carneiro Leão, Director da Instrução, mas permita-nos este digno educador ligeira advertência que certamente há de ter ensombrado suas visões idealistas e seus projectos alevantados: não será perigoso, não será de efeitos desastrosos o entregar-se a educação physica da infancia a quem não dispõe de sufficientes conhecimentos do assumpto? Não se deve ter receio de prejudicar o desenvolvimento infantil com a pratica e dosagem de exercicios violentos ou incompativeis com o organismo em formação da creança? Bastará ter lido algum tratado de Gymnastica e assistido algum curso improvisado para habilitar-se um leigo da educação physica da infancia? Temos visto em varias escolas municipais a educação physica entregue a professores de aspecto physico pouco recommendavel para tal mister e não nos consta terem frequentado cursos praticos perfeitos que lhes ministrassem as habilitações necessarias e indispensaveis; e somos de parecer*

*que, apesar de toda a boa vontade, de que naturalmente se revestem taes professores, não lhes é possivel suprir a falta de experiencia pessoal, só peculiar aos mestres especialistas que sabemos ainda não existirem entre nós (A Defesa Nacional, 1926, p. 193).*

A partir de então, o problema da Educação Física entra em processo de efetivação no interior do Exército e da sociedade civil. Já no ano de 1930, o Ministro da Guerra transfere o Centro para a Fortaleza de São João, por ser um local mais adequado às especificidades de funcionamento de tal Escola. Dota-a do material necessário e dos recursos humanos. Assume a direção técnica o Capitão Orlando Silva, auxiliado pelos tenentes Ignácio Rolim e Laurentino Lopes Bonorino e pelos médicos Virgílio Bastos e Hermilio Ferreira. Nesse mesmo ano, começa a expansão desse ensino. São criados Centros Regionais similares em São Paulo e Minas Gerais.

Um avanço no projeto militar de expansão da Educação Física é obtido ainda em 1932, com a circulação da *Revista de Educação Física*, considerada o órgão divulgador oficial da "doutrina escolar e dos seus princípios da educação do corpo sob os seus



múltiplos aspectos” (Revista de Educação Física, 1936, p. 2).

Já no início de 1933, é inaugurado o Ginásio Leite de Castro. Um dia inteiro de “júbilo”, nutrido pela presença do presidente Getúlio Vargas e movimentado por apresentações de ginástica e competições esportivas. O Ginásio foi dotado de todas as instalações necessárias à execução do “método” regulamentar. Por fim, a 19 de outubro de 1933, o governo Vargas, pelo Decreto 23.252, cria/transforma o Centro Militar de Educação Física em Escola de Educação Física do Exército. Por esse ato, estava criada a “celula mater” da formação de profissionais para a área no país.

Esse momento vai representar a consolidação das ações já em andamento no “velho” Centro, de modo que o decreto de criação da Escola confirma os objetivos postos pelo Centro, isto é, “proporcionar o ensino do método da Educação Física regulamentar” e “orientar e difundir a aplicação do método”. Para tanto, a Escola formará instrutores e monitores de Educação Física, mestres-de-armas e monitores de esgrima; proporcionará aos médicos especialização em Educação Física; graduará

massagistas esportivos; fornecerá aos oficiais, em geral, os conhecimentos indispensáveis à direção da Educação Física e da esgrima; formará, eventualmente, para fins não militares, instrutores e monitores de Educação Física, recrutados no meio civil; incrementará a prática da Educação Física e dos desportos; estudará as adaptações a serem introduzidas no método, submetendo-as à apreciação do Estado Maior do Exército e manterá correspondência com institutos congêneres nacionais e estrangeiros. O Artigo 13, do decreto de criação da Escola, com relação à participação de civis nos cursos, diz: “Na Escola de Educação Física do Exército será permitida a matrícula de civis [...] mediante uma contribuição mensal, desde que se sujeitem integralmente aos regulamentos em vigor” (Revista de Educação Física, 1933, p. 2-3).

A partir da redação do Artigo 13, pode-se afirmar que a participação de civis nos cursos de Educação Física do Exército já ocorria pelo menos desde 1929. Primeiro, porque Fernando de Azevedo encaminhou os professores públicos do Distrito Federal e, segundo, porque há evidências da participação de professores de outros Estados. Quanto ao cumprimento,

pelos civis, dos regulamentos militares, parece ter-se verificado. Uma indicação deste fato, pode ser encontrada no ofício encaminhado por Fernando de Azevedo ao Diretor da Escola, com indicação de quinze professores para o curso de 1933, no qual consta, nos deveres de cada professor, e com anuência escrita dos mesmos, que eles devem:

1) Cumprir rigorosamente os dispositivos do Regulamento do C.M.E.F.;

2) *Votar absoluto respeito aos seus superiores hierarquicos e tratar com inteira urbanidade, todos os colegas, especialmente os de outros Estados da Federação (Bonorino, 1933, [sem paginação]).*

Tratava-se, agora, por um lado, de enfrentar a ausência de legislação que regulasse a prática da Educação Física em nível nacional, pois, essa prática, quer nos Municípios, quer nos Estados, já fora inserida nas várias reformas do ensino, envidadas a partir do século passado. Em tais reformas, a inserção se dá com denominações diversas como: recreação, dança para as moças, trabalhos manuais e boas maneiras para as moças, ginástica e Educação Física. Esse objetivo é conquistado nas reformas educacionais enca-

minhadas durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e na Constituição de 10 de novembro de 1937. De outro lado, uma ação mais efetiva foi desencadeada no preparo de professores civis, de tal forma que, na década de 1930, foram implantados departamentos e cursos de Educação Física no Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Pará, Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, além de continuar a formação de professores civis na própria Escola. Todos os cursos criados, a partir de então, seguem o “padrão” da Escola de Educação Física do Exército que, por sua vez, tem sua matriz na Escola de Joinville-Le-Pont.

## **A pedagogia militar na Educação Física brasileira**

*A presença dos militares no sistema de ensino por meio da instrução pré-militar foi de pequeno alcance e de pouca duração. Quanto à sua influência no desenvolvimento da Educação Física no Brasil, tanto no que se refere à sua concepção e aos seus métodos, quanto à sua prática, esta foi real e duradoura (Horta, 1994, p.53).*

A Doutrina no Exército é regulamentada e não permite interpretações diversas, já que é uma doutrina. Isso nos remete ao Regulamento nº 7 ou método francês, como ficou conhecido na versão adotada pelo Exército no Brasil. A tentativa aqui se dá no sentido, como temos feito até o momento, de captar a doutrina pedagógica do Exército aplicada à Educação Física na tropa. Mas, também, é razoável concluir que o caminho da Educação Física da “caserna à escola” civil tenha aberto algumas “fendas” no aludido Regulamento, na forma em que foi aplicado à tropa no Brasil. Portanto, pretende-se colocar em relevo um projeto pedagógico para a Educação Física, construído sob a chancela dos militares, mas que não lhes pertence exclusivamente, pois vai além do que a doutrina do Exército possibilita na tropa. Entretanto, é o que vai se materializar na sociedade civil.

Diferentemente das pedagogias contemporâneas no contexto brasileiro, nas quais o “método” a ser adotado é condicionado pelos objetivos e conteúdos, nesse momento, o “método” definido já contém objetivos, conteúdos, forma de transmissão e avaliação do conhecimento.

As bases pedagógicas que orientam tal perspectiva partem do entendimento de que a Educação Física compreende e agrega os exercícios físicos, cuja “prática racional e metódica” propicia ao homem obter “o mais alto grau de aperfeiçoamento físico” adequado a sua natureza. Os elementos centrais, que contribuem para esse fim, são as qualidades físicas e as qualidades morais. Acresce-se a essas qualidades a capacidade de utilizá-las com eficiência na vida cotidiana, inclusive aplicando-as no trabalho com “o máximo de rendimento e o mínimo de despesa e fadiga” (Estado Maior do Exército, 1934, p. 20). Conforme a doutrina pedagógica do Exército, pela Educação Física, trata-se de disciplinar movimentos e adquirir hábitos adaptáveis às aplicações úteis da vida. O próprio Estado Maior do Exército (1934, p. 20) reconhece que

*Tal é a concepção nítidamente utilitária do Método Francês, cujos processos resultantes do conhecimento prático do homem em movimento, visam o desenvolvimento harmonioso e a melhor exploração de todas as qualidades físicas e morais que constituem o aperfeiçoamento real da natureza humana [grifos do autor].*

Esse utilitarismo condiciona os objetivos a serem obtidos, que podem ser de caráter religioso, médico, militar, econômico e profilático. Geralmente, a literatura indica que, do início do Período Republicano (1889) até o fim do Estado Novo (1937-1945), é conhecida a atuação dos médicos-higienistas, Exército e Igreja Católica na produção de uma “pedagogia do corpo”, que procurava controlar as energias corporais e carregá-las para o mundo do trabalho, uma vez que o processo de industrialização nascente e a ideologia da segurança nacional o exigiam (Lenharo, 1986; Horta, 1994). Conquanto esse argumento tenha recebido ênfase em vários estudos, não deve ser considerado como único, ou até como o mais plausível, quando cotejado com o texto do método francês relativo à adaptações profissionais e com a situação concreta de industrialização do Brasil no período. O texto afirma que

*A Educação Física não tem por fim somente assegurar o desenvolvimento do organismo e de manter o indivíduo em boa saúde.*

*Ela póde, por adaptações apropriadas a uma função profissional, militar, industrial,*

*etc., aumentar o rendimento. Pensou-se, algumas vezes, que estas adaptações poderiam constituir por si sós, toda a Educação Física.*

*Por mais sedutora ou comoda que pareça essa teoria, ela é contestada tanto pelas leis fisiológicas, como pelos fatos (Estado Maior do Exército, 1934, p. 16).*

Quando se considera apenas a ação militar como fundamento do trabalho do “homem de farda”, a condição física é decisiva. Portanto, o que se fez foi tentar extrapolar mecanicamente os objetivos da instituição militar para o âmbito de toda a sociedade (escola, hospital, asilo, fábrica, casa de detenção). Desnecessário dizer que essas instituições possuem códigos doutrinários particulares e mesmo distintos daqueles que sustentam uma instituição militar.

Os conteúdos clássicos do método francês são nesta ordem: os jogos, que são mais apropriados para as crianças; a ginástica, predominantemente utilizada na instrução física militar, que, nesse caso, é composta dos flexionamentos, dos exercícios educativos e das aplicações que, por sua vez, compõem a lição de Educação Física, os esportes individuais e os

esportes coletivos. O conteúdo predominante nas sessões era a ginástica, embora os esportes individuais (natação, atletismo) e esportes coletivos (basquetebol, futebol, rugby e water-polo) fossem preconizados em menor escala.

A transmissão do conhecimento dá-se por meio da sessão de estudos que é de execução (prática) dos exercícios escolhidos para cada classe, conforme o grau de aptidão física. O processo de ensino das lições de Educação Física exigia do instrutor exposição oral e demonstração minuciosa e, da classe, imitação precisa. Ao instrutor caberia: a) enunciar o movimento em voz clara e executá-lo em ritmos variados; b) mostrar os erros mais freqüentes; c) mandar executar o movimento “à vontade”, corrigindo os erros e d) fazer toda a classe executar o movimento em velocidade variável e compatível com seu nível de habilidade.

A avaliação era feita periodicamente, mediante “exames práticos”, que consistiam de uma bateria de testes com padrão mínimo de rendimento. O aluno aprovado em tais exames fazia jus a um dos certificados oferecidos, a saber: certificado elementar de Educação Física, aplicado aos alunos entre 13 e 16 anos; certificado secundário, aplicado aos

alunos entre 16 e 18 anos e certificado superior, aplicado aos alunos entre 18 e 35 anos.

Observa-se, pelo exposto, que, no Exército, a execução do “método francês” se prendeu à “lição propriamente dita”, isto é, ao item “aplicações”, que corresponde às sete grandes famílias: marchar, trepar, saltar, levantar e transportar, correr, lançar, atacar e defender. Esse fato justifica em parte a opção metodológica por comando, demonstração e imitação. A avaliação “cobra” apenas o conteúdo treinado em padrões mínimos. Isso, posto para a instrução física da tropa, não nos autoriza a dizer que o mesmo se deu na escola. Primeiro, porque no método francês, está prevista a aplicação de jogos prioritariamente para as crianças entre quatro e treze anos. Segundo, porque é de difícil demonstração que, mesmo um professor militar, graduado conforme a doutrina do método francês, o contrariasse em seus princípios mais caros: o seu caráter fisiológico, a faixa etária do grupo ao qual seria aplicado e as características do plano de Educação Física a ser executado. Terceiro, porque a dinâmica institucional da escola supõe um encaminhamento pedagógico

diverso, o que pode ser encontrado, inclusive, nas páginas da *Revista de Educação Física*.

Mas, o que se entende por Educação e Pedagogia nesse contexto? Em Lima e Silva (1936, p. 11), tem-se

*... [a educação como] o conjunto das ações que se exercem sobre um indivíduo, afim de tornar mais rápido e aperfeiçoar o seu desenvolvimento, para o tornar mais apto a viver no ambiente físico, e na sociedade de que faz parte.*

*[Por seu turno], a pedagogia abrange praticamente a vida. Não se limita a satisfazer a nossa imperiosa necessidade de conhecer os fatos e explicá-los; ela toca a ação humana, modificando-a e melhorando-a com as suas normas traçadas, elevando-a, procurando tornar mais perfeitos os afazeres humanos, tirando-lhes vagorosamente os inconvenientes, subtraindo o inútil e corrigindo-lhes os erros. O homem, com o saber, consegue derrubar obstáculos gigantescos; ele não considera o saber um prêmio último e independente, mas, sim, um meio firme e certo para aumentar o seu poder, fazendo, em todas as ocasiões, valer a sua vontade. A origem do saber é uma necessidade prática;*

*é uma contribuição, um auxílio para aumentar e aperfeiçoar a atividade na vida. Pedagogia então não é ciência simplesmente teórica. Pedagogia é o estudo da educação, com o fim de se tirarem regras que sirvam para a aplicação prática. O progresso intelectual, moral e técnico não desaparece em virtude da educação.*

Nessa Pedagogia, o problema educacional, desde seus fundamentos, não se desprende do seu caráter essencialmente prático. Educar o ser humano para a vida real é visto como uma missão de grande nobreza, pois, tendo como finalidade a vida prática, a ênfase deve ser posta no exercício dos hábitos que obedecem às necessidades de formação do homem em seus valores globais. Dessa perspectiva, o homem tem, como necessidade capital, viver para então educar-se. Assim, a educação do seu físico é a base na qual deve firmar-se o processo educacional da criança, do adolescente e do adulto, uma vez que a vida superior proporcionada pela educação do físico é a mais compatível com as exigências da educação em geral.

A Educação Física infantil ou elementar é aquela praticada pelas crianças com idade fisiológica entre

quatro e treze anos, subdivididas em grupos homogêneos (4 a 6, 6 a 9, 9 a 11 e 11 a 13 anos). O objetivo principal, até os nove anos, é desenvolver as qualidades físicas da criança, “segundo as condições fisiológicas do crescimento”, e a função respiratória, de modo a contribuir para assegurar a saúde. Para Martins (1933), o cumprimento desses objetivos deve ocorrer evitando-se o desenvolvimento muscular, as manobras de força, os esforços violentos e contrações muito localizadas, dado que o que se deseja é qualificar as grandes funções dos sistemas respiratório, circulatório e articular, isto é, higienizar.

Para esse ideário pedagógico, a forma mais adequada de se obter sucesso no trabalho é fazer uso da imitação, uma vez que as primeiras aquisições do cérebro infantil são oriundas da imitação. Assim, no cérebro se repete o mundo exterior, por isso a criança que imita é educável. O básico, nessa fase, é que o meio seja a imitação e o conteúdo, o jogo. Para brincar e imitar é que serve a infância, mas não só. À custa do jogo e da imitação é que se faz o desenvolvimento corporal e mental da criança.

O educador físico, apoiado em leis físicas e naturais, deve auxiliar a natureza, orientando suas forças para os objetivos a que se destina a Educação Física moderna, que não trata de formar atletas, mas de assegurar o desenvolvimento harmônico da personalidade associado a atributos físicos. Para tanto,

*... o instrutor deve conhecer perfeitamente a garotada, não teóricamente através dos ensinamentos da pedagogia e psicologia, senão pela lembrança da sua própria infância completada pela experiência do contato direto com as crianças (Revista de Educação Física, 1933, [sem paginação]).*

Dos nove aos treze anos, os objetivos são os mesmos, embora os exercícios e jogos sejam mais intensos. A atuação do educador físico considera, em suas intervenções, as características peculiares à adolescência e é necessariamente acompanhada pelo médico. Nesse período, recomenda-se atentar para o trabalho dos sentidos, porque, como dizia ROUSSEAU (apud Martins 1933, p. 36): “antes de ensinar a criança a ler, é necessário ensinar-lhe a ver, a distinguir nuances de cor, de som, de gosto e as das sensações produzidas pelo tato”.

Observou-se, no âmbito da *Revista de Educação Física*, um forte apelo a propostas que atendessem a tais prerrogativas. Ao que tudo indica, o trabalho de Baden Power foi visto como uma possibilidade consoante com os propósitos do Exército, uma vez que, o

... método do escotismo, como todos os outros métodos atuais da Educação Nova, visa, de um lado, dar arras aos pendores da criança, para utilizar todos os seus instintos [...]. Temos por isto, um meio educativo inteiramente novo, de vez que, aqui se afirmam de maneira a mais positiva todas as qualidades que devem ornar o individuo integralmente educado pelo desenvolvimento sistematizado: a) do caráter, por meio de boas companhias, culto da honra e do dever, disciplina pessoal, economia, sentimento da responsabilidade, trabalho manual, consciência de Deus nas leis da natureza, alegria, prática da religião, lealdade e altruísmo; b) da saúde, por meio da: vida ao ar livre (não praticando só exercícios físicos), consciência de sua própria responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento físico, prática da higiene e educação da saúde; c) da inteligência, pelo conhecimento da natureza, pela indução e dedução dos fatos da vida; pelos conhecimentos mais detalhadamente observados através dos

ensinamentos práticos e utilitários. [...]

*Eis porque o escotismo - A ESCOLA POSITIVA - vem completar a sociedade, o trabalho da escola, mesmo que seja a ESCOLA NOVA, a ESCOLA ATIVA (Skinner, 1935, p. 40).*

Paralelamente à implementação do escotismo, encaminham-se ações que concretizam o trabalho, via parques infantis e colônias de férias, como complementações pedagógicas realizáveis em períodos extra-escolares, mas necessariamente inclusos no projeto pedagógico da escola, incluindo a execução pelo professorado.

Nesse estágio é necessária a pergunta: que base teórica oferece suporte para uma proposta pedagógica para o Exército e para a escola brasileira nos moldes do que vem sendo discutido nesta pesquisa? Após consulta às fontes, indica-se que as grandes linhas desse pensamento pedagógico assentam-se em Jean-Jacques Rousseau, William James, John Dewey, Edouard Claparède.

## Conclusão

A Pedagogia no Exército e na escola preconizada pelos militares



tem seus pilares nos princípios doutrinários da disciplina e hierarquia, combinados com a Educação Física. Em relação a esta última, o estudo vem contribuir para o entendimento de que o projeto pedagógico criado e implantado nessa área tenha chancela militar, mas não lhe pertence exclusivamente, uma vez que há evidências de uma relação de complementaridade com a produção intelectual de civis como Rui Barbosa, Fernando de Azevedo e Inezil Penna Marinho. Enfim, o estudo conclui que:

- A criação da Escola de Educação Física do Exército não é obra da Missão Francesa e sim dos jovens cadetes da Escola Militar de Realengo, liderados pelo oficial Newton Cavalcanti, membro da Missão Indígena. Portanto, um oficial formado sob inspiração germânica. Que repercussões esse fato histórico teria na concepção e nos métodos adotados naquela Instituição?
- A formação de professores civis na Escola de Educação Física do Exército e a criação de cursos especificamente para civis, a partir da década de 1930, não significam desmilitarização da

área, como foi interpretado por algumas autoridades acadêmicas, mas exatamente o contrário, a extensão do controle militar no ensino dessa disciplina nas escolas e também em cursos de formação profissional.

- A adoção oficial do método francês no Brasil não nos autoriza a afirmar que a militarização de nossa área decorre dele inexoravelmente, uma vez que uma leitura precisa dessa proposta tem que reconhecer que há distinção entre a parte aplicada à tropa e a parte recomendável à escola. Todavia, apesar dos esforços empreendidos, o que predominou foi uma interpretação que transferiu a parte militar, isto é, as sete famílias do método, também à escola.
- A partir dos planos curriculares e de ensino da Escola de Educação Física do Exército e da Escola de Educação Física do Espírito Santo, é possível afirmar que a ênfase na formação do professor de Educação Física, já na década de 1930, era posta em seu caráter pedagógico. As informações de fundamento biológico nesses cursos recebeu, sempre, menor peso, diferentemente do que os estudos têm demons-

trado até o presente. É provável que essa distorção tenha ocorrido pela interpretação de fontes que se referiam aos cursos de Médico Especializado, Fisioterapeuta Esportivo e Massagista Esportivo, que oferecem maior peso exatamente no corte biológico do conhecimento.

- A Psicologia é determinante na construção do pensamento pedagógico no Exército e na área de Educação Física em específico.
- A Pedagogia no Exército considerou sempre a Educação Física como área de intervenção aplicada, que faz uso do conhecimento científico para se implementar e legitimar socialmente. Portanto, o debate recente, nesse sentido, apenas constata o já feito e com prejuízo da historicidade do objeto.
- O processo de escolarização da Educação Física brasileira se deu sempre no âmbito de uma teoria da educação em geral, quer seja pelo Exército, quer por intelectuais como Rui Barbosa, Fernando de Azevedo e Inezil Penna Marinho, marcadamente uma referência crescente, a partir de 1880 até 1950, ao

pensamento que se consolidou como escolanovista.

Em face do dito, já podemos dizer adeus aos militares e colocar na ordem do dia a necessidade da contribuição de uma intelectualidade civil que, conhecendo o projeto historicamente construído sob a chancela de um Estado que se militarizou e desmilitarizou nessa área, possa, então, trabalhar para superá-lo nos campos político e acadêmico.

## Notas

- 1 Movimento ocorrido no interior do Exército, após a Guerra do Paraguai, que vai contribuir para dissolução da Monarquia em 1889.
- 2 O mesmo que germanófilos. São oficiais brasileiros defensores do modelo alemão de Exército.
- 3 Turma de militares que receberam formação no Brasil segundo a orientação dos "jovens turcos". Posteriormente, muitos deles se tornaram professores na Escola Militar.

## Referências bibliográficas

- A DEFESA NACIONAL. Editorial. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 1-3, out. 1913.
- \_\_\_\_\_. Gymnastica. Rio de Janeiro, ano 8, n. 86, p. 47-49, set. 1920.
- \_\_\_\_\_. Parte editorial. Rio de Janeiro, ano 8, n. 89, p. 135-138, nov. 1920.
- \_\_\_\_\_. A manobra de quadros. Rio de Janeiro, ano 11, n. 121, p. 833-834, nov. 1923.
- \_\_\_\_\_. Parte editorial: em torno do alistamento e sorteio. Rio de Janeiro, ano 11, n. 123-124, p. 1-3, dez. 1923.
- \_\_\_\_\_. A educação physica nacional. Rio de Janeiro, ano 13, n. 151, p. 191-193, jul. 1926.
- \_\_\_\_\_. Inspetoria do ensino militar. Rio de Janeiro, ano 24, n. 279, p. 259-260, 1937.
- ANDRADE, P., PORTELLA, S. Unidade de doutrina. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 11, n. 131, p. 245-246, nov. 1924.
- BONORINO, L. L. Fernando de Azevedo e a Educação Física. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 6, [sem paginação], mar. 1933.
- BUIYS, F. C. A cultura physica. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 8, n. 87/88, p. 72-73, out. 1920.
- CARLOS, M. Instrução militar nas escolas. *A Defesa nacional*, Rio de Janeiro, ano 8, n. 89, p. 138-139, nov. 1920.
- CARVALHO, E. L. de. Outro aspecto de nosso voluntariado. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 140-142, fev. 1914.
- CORRÊA, A. O espirito militar no Brazil. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, p. 211-212, abr. 1914.
- CORTÊS, G. M. A instrução militar: o método e os processos de instrução. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 34, n. 392, p. 26-74, jan. 1947.
- DÉNYS, O. Educação physica. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 9, n. 101, p. 140-141, nov. 1921.
- ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. *Regulamento de Educação Física (1ª parte)*. Rio de Janeiro: Bibiloteca de "A Defesa Nacional", 1934. p.336.
- FACÓ, J. Principios e methodos de instrução. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 12, n. 139, p. 187-190, jul./ago. 1925.
- FARIA, C. de. Actualidade militar. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 37-40, nov. 1913.
- FONTES, S. Escolas militares. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 20, p. 242-244, maio 1915.
- HORTA, J. S. B. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil*

- (1930-1945). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. 295 p.
- LEBON, G. A criação de hábitos moraes pelo exercito. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 13, n. 151, p. 164-167, jul. 1926.
- LENHARO, A. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1986. p.218.
- LIMA e SILVA, V. Princípios pedagógicos. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 30, p. 11, mar. 1936.
- LOURENÇO FILHO. Educação e segurança nacional. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 26, n. 306, p. 1204-1215, nov. 1939.
- MARTINS, I. G. Educação física infantil. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 7, p. 35-36, abr. 1933.
- MENDES, A. M. A disciplina, as virtudes e a profissão militares. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 23, n. 260, p. 80-90, 1936.
- MOLINA, A. M. A escola de Educação Física do exército: sua atuação em prol da Educação Física nacional. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 25, p. 5-7, ago. 1935.
- MOTTA, J. *A formação do oficial do exército*. Rio de Janeiro: Editora Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1976. 368 p.
- PEREIRA, A. N. Métodos de instrução. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 28, n. 325, p. 1067-1078, jun. 1941a.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia. A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 28, n. 326, p. 17-31, jul. 1941b.
- REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA*.  
 Hontem e hoje. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, [sem paginação], maio 1932.
- \_\_\_\_\_. Educação física infantil: em forma de jogo. Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, [sem paginação], jan. 1933.
- \_\_\_\_\_. Dez anos de campanha. Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, [sem paginação], jan. 1933.
- \_\_\_\_\_. Criação da escola de Educação Física do exército. Rio de Janeiro, ano 2, n. 12, p. 2-3, nov. 1933.
- \_\_\_\_\_. Mensagem da união atlética da escola militar. Rio de Janeiro, ano 4, n. 24, p. 2, jul. 1935.
- \_\_\_\_\_. O novo aniversário. Rio de Janeiro, ano 5, n. 31, p. 2, maio 1936.
- \_\_\_\_\_. Um novo órgão técnico-administrativo de Educação Física. Rio de Janeiro, ano 5, n. 36, p. 2, nov. 1937.
- SKINNER, G. características primaciais do escotismo. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 23, p. 39-40, jun. 1935.
- SOMBRA, S. Pedagogia no exercito. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 24, n. 279, p. 252-258, 1937.